

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2007

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para determinar a obrigatoriedade da separação de homens e mulheres em estabelecimentos penais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 82 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, passa a vigorar com dos seguintes parágrafos 3º e 4º:

“**Art. 82.**

§3º Na ausência do estabelecimento disposto no § 1º deste artigo a autoridade administrativa deverá providenciar, de forma provisória, local adequado para recolher mulher e maior de sessenta anos no estabelecimento penal, sendo vedado manter homens e mulheres presos no mesmo ambiente, comunicando-se em 48 horas, a autoridade judiciária competente.

§4º A inobservância do disposto no parágrafo anterior a autoridade administrativa responsável incorrerá no crime previsto no art. 322 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.” (NR)

Art. 2º Inclua-se o art. 102-A à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984:

“**Art. 102-A** O estabelecimento de que trata este capítulo deverá manter cela para uso exclusivo por mulheres, sempre que a comarca não possuir Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher.

§ 1º. Na impossibilidade de manutenção de cela exclusiva, a autoridade administrativa deverá providenciar, de forma provisória, local adequado e exclusivo para a mulher presa, comunicando-se em 48 horas, a autoridade judiciária competente.

§2º A inobservância do disposto no parágrafo anterior a autoridade administrativa responsável incorrerá no crime previsto no art. 322 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Frente aos últimos acontecimentos em nosso país, onde mulheres estão sendo presas em cadeias junto a homens e sofrendo ou estando sujeitas a toda sorte de abusos e violências.

Prática que pode ser considerada corriqueira nas cadeias e presídios espalhados por todo o país. É preciso incluir em lei a proibição de se manter na mesma cela homens e mulheres.

É preciso garantir a incolumidade física e mental de todas as mulheres, mesmo aquelas que cometeram algum crime, pois nada justifica o tratamento desumano. Em nosso país a tortura é considerada crime e não podemos conceber a manutenção de uma mulher em uma cela com vários homens como outra coisa que não como violência contra a mulher presa, desta forma é importante que a autoridade administrativa responsável por este crime seja punida conforme o Código Penal, incluindo no crime previsto de violência praticada por funcionário público no desempenho de sua função.

Desta maneira, conclamamos o apoio dos ilustres pares para aprovação da presente proposta legislativa, tendo em vista a necessidade de proteção legal para a mulher presa em nosso país, especialmente nos pequenos municípios onde a estrutura carcerária é mais precária.

Sala das Sessões,

Senadora SERYS SLHESSARENKO